

TERMO DE REFERÊNCIA (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021)**SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA****LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO**

Processo N° 005500.001796/2026-48

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**1.1. Definição do objeto**

O presente Termo de Referência tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA, CONTINUADO, DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA, CORRETIVA, PROGRAMADA E EVENTUAL DOS SISTEMAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES PREDIAIS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS NOS IMÓVEIS UTILIZADOS PELA DIVISÃO DE ELITE DA GUARDA MUNICIPAL – GM-RIO, FORÇA MUNICIPAL**, mediante a contratação de empresa de engenharia especializada na execução de serviços de engenharia, visando atender a GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, DIVISÃO DE ELITE DA GM-RIO - FORÇA MUNICIPAL, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | DESCRIÇÃO(*) | CÓD.(**) | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---|----------|-------------------|------------|--------------------|--------------|
| 1 | MANUTENÇÃO PREDIAL NOS IMÓVEIS UTILIZADOS PELA DIVISÃO DE ELITE DA GUARDA MUNICIPAL | | Mês | 12 | CONFORME ORÇAMENTO | 8.278.097,12 |

1.2. Natureza

Trata-se de serviços de **NATUREZA COMUM**, portanto adota-se o **pregão** como modalidade licitatória.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA, CONTINUADO, DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA, CORRETIVA, PROGRAMADA E EVENTUAL DOS SISTEMAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES PREDIAIS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS NOS IMÓVEIS UTILIZADOS PELA DIVISÃO DE ELITE

DA GUARDA MUNICIPAL – GM-RIO, FORÇA MUNICIPAL, são caracterizados como comuns conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Os serviços descritos no presente termo foram orçados em **R\$ 8.278.097,12** (oito milhões, duzentos e setenta e oito mil, noventa e sete reais e doze centavos.) com base nos preços unitários, desonerados, praticados pelo SCO-RIO **de 11/2025**, conforme o disposto no Decreto n.º 51.634 de 09/11/2022 aplica-se o Decreto n.º 49.264 de 12/08/2022 que consolida os Decretos n.º 15.307 de 29/11/1996 e n.º 19.615 de 06/03/2001, já incluso o BDI de **18%** aplicado uniformemente sobre todos os itens unitários perfazendo o referido valor total, conforme apostos na em anexo na forma do artigo 23 da Lei n° 14.133 de 2021.

1.4. Prazo

O prazo de vigência da contratação é de trezentos e sessenta e cinco (365) dias, contados da data do(a) Memorando de Início dos Serviços na forma do art. 105 da Lei n° 14.133/2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação

Conforme restou demonstrado no Estudo Técnico Preliminar - ETP, em atendimento aos requisitos das normas regulamentadoras brasileiras, decretos municipais e legislações federais vigentes no que tange às instalações, à disponibilidade operacional, manutenibilidade e higiene, bem como ao desempenho técnico dos componentes dos sistemas funcionais das edificações, objetiva-se promover a adequação das estruturas da edificação através da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia e de apoio operacional a serviços de engenharia, para possibilitar a manutenção predial contínua e ininterrupta nas edificações e instalações geridas pela Divisão de Elite da Guarda Municipal – GM-Rio, Força Municipal.

Tratam-se de serviços prestados de forma contínua pela sua essencialidade, pois visam atender à necessidade pública de forma permanente por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção compromete a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

A solução como um todo abrange a prestação de serviços de manutenção predial preventiva, corretiva e recuperação (serviços excepcionais). Os serviços envolverão reparos, substituições, instalações, inspeções, exames técnicos, medições, limpezas, lubrificações, testes, regulagens, reaperto, fixações, recolocações, pinturas, soldas, e demais ações que se fizerem necessárias para o bom funcionamento das edificações, instalações prediais e equipamentos da Divisão de Elite.

Os serviços terão caráter preventivo, corretivo e de recuperação (serviços excepcionais), devendo ser prestados de acordo com as rotinas de manutenção as quais deverão constar em Termo de Referência.

Os serviços estender-se-ão à novas edificações, instalações prediais e

equipamentos que venham a ser instalados/construídos, bem como a edificações que venham a ser administradas pela da Divisão de Elite ao longo da vigência contratual e que não constem deste Termo de Referência. Unidades em Funcionamento:

Segue tabela com as áreas de referência das edificações:

| Edificação | Área Total Terreno m² | Área Total Construída m² |
|--|--------------------------|-----------------------------|
| Academia da Divisão de Elite da GM-Rio – Força Municipal | 9.529,36 m² | 4.400,70 m² |
| Base no Leblon - Praça Nossa Senhora Auxiliadora | 2.147,20 m² | 507,65 m² |
| Base no Piedade - Parque Piedade | 1338 m² | 528 m² |
| Base no Inhoaíba - Parque Oeste | 1460 m² | 570 m² |
| ÁREA TOTAL | 14.474,56 m² | 6.006,35 m² |

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Parcela de maior relevância técnica

Ainda na fase licitatória, as empresas deverão comprovar, por meio de atestados, sua qualificação técnico-profissional e técnico-operacional para execução dos serviços relativos às parcelas de maior relevância técnica. No atestado a ser apresentado deverá constar o nome do responsável técnico, bem como, também deverá ser apresentada a ART/RRT, comprovando a responsabilidade dos serviços executados pelo profissional constante do atestado.

A qualificação técnica da licitante será comprovada através da seguinte documentação:

- Registro da empresa no CREA/CAU nos ramos de Engenharia Civil/Arquitetura e Engenharia Elétrica, respectivamente;
- Comprovação do Licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para assinatura do contrato, profissional de nível superior pleno, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da Licitação;
- **São consideradas parcelas de maior relevância técnica:**

| | |
|----------|---|
| 1 | Execução de serviços de manutenção predial incluindo pinturas, revestimentos, instalações prediais (elétricas, hidráulicas, sanitárias, lógica e telefonia), coberturas e impermeabilizações - 2 edificações com parâmetros construtivos similares às unidades citadas neste Termo de Referência |
| 2 | Execução de serviços de manutenção predial múltiplos e simultâneos – 2 prédios |
| 3 | Execução de serviços de manutenção predial em construções com área mínima – 2.200,35 m2 |

4.2. Exequibilidade

Para que a proposta com desconto igual ou inferior a 75% do valor orçado não seja, considera-se inexecutável, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021, a mesma deve ser acompanhada dos seguintes documentos:

- Nome e cópia da carteira de trabalho de todos os profissionais que serão empregados na execução dos serviços;
- Relação dos principais materiais (no mínimo: tinta, cabo elétrico, cimento, bloco de concreto, tubos de PVC e telha ou painel termo-acústico) aplicados na execução dos serviços com cópia da nota fiscal ou proposta comercial com data de até 60 dias anterior a data da proposta;
- Planejamento com datas e quantidades dos recursos aplicados;
- Justificativa por escrito fundamentando o desconto acima de 25%.

4.3. Subcontratação

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial. A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do

objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária. (Conforme disposto nas minutas-padrão de editais e contratos no Decreto nº. 51.689 de 24/11/2022)

4.4. Garantia da contratação

A CONTRATADA prestará garantia percentual sobre o valor total do contrato até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. (Conforme disposto nas minutas-padrão de editais e contratos no Decreto nº. 51.689 de 24/11/2022)

4.5. Vistoria

A avaliação do local de execução dos serviços é importante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria, acompanhado por servidor, mediante solicitação prévia junto a Comissão de Licitação, de acordo com as possibilidades previstas no edital.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

O Atestado de Visita a ser obtido na vistoria pode ser substituído por declaração em que o licitante ateste que conhece o local e as condições de realização do objeto do contrato, conforme § 2º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Tipo de licitação e regime de execução dos serviços

A presente licitação é do **TIPO MENOR PREÇO**, de acordo com o artigo 33, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, sob o **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme o artigo 46, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. Local da prestação dos serviços

A execução da manutenção nos imóveis da Força Municipal de Segurança deverá ser executada nos locais, conforme tabela a seguir:

| LOCAL | ENDEREÇO |
|--|--|
| ACADEMIA DA FORÇA MUNICIPAL | RODOVIA PRESIDENTE DUTRA (BR-116), KM 163 - IRAJÁ, RIO DE JANEIRO / RJ |
| BASE DA FORÇA MUNICIPAL – PARQUE OESTE | RUA CESÁRIO DE MELO, Nº 6851 - INHOAÍBA, RIO DE JANEIRO / RJ |
| BASE DA FORÇA MUNICIPAL – PARQUE PIEDADE | RUA MARTINS COSTA COM RUA XAVIER DOS PÁSSAROS – PIEDADE, RIO DE JANEIRO / RJ |
| BASE DA FORÇA MUNICIPAL – LEBLON | PRAÇA NOSSA SENHORA AUXILIADORA, S/Nº - LEBLON, RIO DE JANEIRO / RJ |

Caso a Direção da Força Municipal julgue necessário acrescentar mais bases, estas novas edificações deverão ser inseridas na lista e locais a terem sua manutenção realizada através do contrato em questão, conforme disponibilidade de itens no orçamento base.

5.3. Condições de execução dos serviços

A execução do objeto terá início conforme estabelecido no Memorando de Início.

A CONTRATADA será obrigada a atender todas as demandas/exigências dos órgãos licenciadores, inclusive as eventuais condicionantes ambientais, se for o caso, para a aprovação do serviço e posteriormente apresentar à FISCALIZAÇÃO essa aprovação, para fazer parte do processo de aceitação provisória e a consequente liberação da retenção contratual.

5.3.1. Mobilização e desmobilização

São de responsabilidade da CONTRATADA a mobilização e desmobilização de pessoal, materiais e equipamentos, incluindo demais custos relativos.

Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar

peçoal, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas, promovendo sua substituição quando necessário.

Todos os equipamentos a serem utilizados deverão ser identificados através de cor e de adesivo, conforme especificações constantes no Caderno de Procedimentos para Execução dos Serviços.

Todos os equipamentos necessários à realização dos serviços deverão ser mantidos em perfeitas condições operacionais e aferidos, quando for o caso. Estes deverão obedecer às especificações definidas em normas oficiais vigentes, caso não existam ou se julguem incompletas deverão ser seguidas as da PCRJ.

O transporte de pessoal para realização dos serviços deverá ser efetuado pela empresa CONTRATADA em condições adequadas às normas trabalhistas e de segurança vigentes.

Toda mão de obra deverá se apresentar uniformizada, portando EPIs e aparelhada em conformidade com as especificações de cada serviço.

Os materiais necessários à execução dos serviços deverão obedecer às especificações definidas em normas oficiais vigentes, caso não existam ou se julguem incompletas deverão ser seguidas as da PCRJ.

5.3.2. Descrição dos serviços

A CONTRATADA deverá desenvolver um Plano de Manutenção e Operação (PMO) no prazo de 30 (trinta dias) contados do início do contrato, com aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO, e deverá contemplar o cadastro, monitoração, acompanhamento e controle de todos os equipamentos e sistemas de forma criteriosa, estabelecendo rotinas, ao longo do prazo contratado, para a manutenção dos sistemas que compõem as edificações, tipificando os serviços em Preventivo ou Corretivo.

Durante a execução das rotinas de Manutenção Preventiva, caso seja detectada a necessidade de algum reparo ou substituição de peças que configure Manutenção Corretiva, este serviço deverá ser previamente informado e formalmente autorizado pela Comissão de Fiscalização do contrato.

Ao final de cada manutenção preventiva a CONTRATADA deverá apresentar à Comissão de Fiscalização Relatório Técnico de Manutenção Preventiva e todos os checklists aplicados aos equipamentos, elaborado e assinado pelo técnico responsável pelos serviços.

A Manutenção Corretiva será prestada perante chamados não programados, sob demanda da CONTRATANTE quando houver situação emergencial que não possa aguardar a manutenção preventiva, sem limite de acionamentos ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças e componentes ou para a correção de defeitos detectados durante a manutenção preventiva ou que venham a prejudicar o funcionamento dos equipamentos.

A solicitação de manutenção corretiva iniciará com um chamado feito pelos responsáveis da CONTRATANTE pelos equipamentos, quando ocorrerem problemas de funcionamento, assim entendido como qualquer defeito que venha interferir no bom funcionamento da instalação, ficando a CONTRATADA obrigada a resolver ao chamado no prazo estabelecido após a comunicação.

A abertura do chamado pode ser feita via telefone e e-mail, com registro do horário do chamado, identificação do técnico acionador, descrição da ocorrência e planilha contendo os recursos aplicados conforme orçamento contratual. Estas planilhas em conjunto com relatórios fotográficos servirão de base para realização das medições.

As tarefas básicas deverão ser executadas sob orientação de encarregado ou do(s) engenheiro (s) responsáveis da CONTRATADA.

5.3.2.1 Sistemas, equipamentos e instalações a serem mantidos e serviços a executar:

- I - Sistema de Instalações Elétricas – cabines de medição, quadros gerais e parciais de distribuição e de comando, redes elétricas, motores elétricos, sistema de tomadas e iluminação;
- II – Instalações de rede lógica e telefonia (dados e voz);
- III - Sistemas de para-raios e aterramentos;
- IV - Sistemas de ar condicionado: do tipo split-convencional;
- V – Sistemas de instalações hidrossanitárias e águas pluviais;
- VI - Sistemas de prevenção e combate a incêndios;
- VII - Serviços de instalação e remanejamento de circuitos elétricos, lógicos, telefônicos;
- VIII-Serviços por demanda, de manutenção de infraestrutura civil: instalações, revestimentos, pavimentações, alvenarias, divisórias, esquadrias, vidros, serralheria, pintura, rebaixamentos de tetos, e marcenaria;

5.3.3. Controle tecnológico e de qualidade

A CONTRATADA deverá fornecer à FISCALIZAÇÃO documentação com as especificações técnicas e resultado de ensaios dos materiais aplicados e serviços executados, de forma a comprovar compatibilidade com as exigências previstas neste certame.

A FISCALIZAÇÃO poderá, eventualmente, solicitar ensaios, documentação e esclarecimentos adicionais para a garantia da qualidade da execução dos serviços e do atendimento aos padrões estabelecidos.

5.3.4. Condicionantes para recebimento dos serviços

A inspeção minuciosa de toda execução dos serviços previstos deverá ser efetuada pela FISCALIZAÇÃO, acompanhada do responsável técnico da empresa, para constatar e relacionar possíveis pendências existentes. Como consequência desta verificação, deverão ser executados todos os serviços de revisão. Deverão, ainda, ser procedidos testes para verificação de todos os equipamentos. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Findos os trabalhos, a FISCALIZAÇÃO deverá manter memória de cálculo e relatório fotográfico de forma a registrar todos os serviços executados bem como as quantidades de recursos aplicados. Esses registros serão utilizados para realização de medição mensal.

5.3.5. Propriedade dos serviços

Todos os produtos dos serviços e seus suportes, inclusive resultados, informações e métodos desenvolvidos no contexto dos serviços, serão de propriedade exclusiva da PCRJ, cabendo a esta autorizar o uso e a divulgação da totalidade ou parte desses produtos.

5.3.6. Considerações finais

Toda e qualquer responsabilidade sobre as consequências de má conduta, imperícia ou imprudência de pessoal da CONTRATADA na execução dos serviços determinados pela FISCALIZAÇÃO e todo e qualquer dano que venha a ser causado nos serviços executados, à propriedade de terceiros ou da PCRJ, bem como os

encargos impostos por lei, dano ou morte de qualquer pessoa, respondendo por si e seus sucessores, independentemente de seguros por ela efetuados, será da CONTRATADA. Da mesma forma, a FISCALIZAÇÃO fica isenta de responsabilidade sobre atos executados por pessoal, equipamentos ou viaturas da empresa contratada.

Também caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela segurança e gerência de seu patrimônio (equipamentos, materiais, ferramentas, etc.) mesmo que este seja utilizado nos serviços.

5.4. Cronograma físico-financeiro

| Número Etapa | Início Etapa | Final Etapa | Duração | Duração Ac. | Percentual | Percentual Ac. | Valor | Valor Ac. |
|--------------|--------------|-------------|---------|-------------|------------|----------------|------------|--------------|
| 1 | | | 30 | 30 | 8,181818 | 8,181818 | 677.298,85 | 677.298,85 |
| 2 | | | 30 | 60 | 8,181818 | 16,363636 | 677.298,85 | 1.354.597,70 |
| 3 | | | 30 | 90 | 8,181818 | 24,545454 | 677.298,85 | 2.031.896,55 |
| 4 | | | 30 | 120 | 8,181818 | 32,727272 | 677.298,85 | 2.709.195,40 |
| 5 | | | 30 | 150 | 8,181818 | 40,909090 | 677.298,85 | 3.386.494,25 |
| 6 | | | 30 | 180 | 8,181818 | 49,090908 | 677.298,85 | 4.063.793,10 |
| 7 | | | 30 | 210 | 8,181818 | 57,272726 | 677.298,85 | 4.741.091,95 |
| 8 | | | 30 | 240 | 8,181818 | 65,454544 | 677.298,85 | 5.418.390,80 |
| 9 | | | 30 | 270 | 8,181818 | 73,636362 | 677.298,85 | 6.095.689,65 |
| 10 | | | 30 | 300 | 8,181818 | 81,818180 | 677.298,85 | 6.772.988,50 |
| 11 | | | 30 | 330 | 8,181818 | 89,999998 | 677.298,86 | 7.450.287,36 |
| 12 | | | 30 | 360 | 10,000002 | 100,000000 | 827.809,76 | 8.278.097,12 |

5.5. Regime de trabalho

Será considerada uma **Equipe fixa (residente)** para a ACADEMIA DA FORÇA MUNICIPAL - composta por 3 profissionais (1 eletricista, 1 bombeiro hidráulico e 1 pedreiro) e 2 ajudantes, os quais terão suas atribuições vinculadas às rotinas mínimas de manutenção preventiva e corretiva, devendo atender prontamente às demandas que requerem imediata solução.

Também será considerada uma **Equipe volante** para atendimento das bases, composta de 6 profissionais (2 eletricistas, 2 bombeiros hidráulicos e 2 pedreiros) e 6 ajudantes.

O regime de trabalho será diurno, salvo se for de interesse da empresa CONTRATADA para recuperar atrasos porventura ocorridos, ou em casos específicos por interesse da Administração.

O prazo de atendimento dos serviços considerados emergenciais, tais como: troca de lâmpadas, infiltrações de água, vazamentos, curtos circuitos, aquecimento de circuitos elétricos e falta de energia deverão ser atendidos/solucionados em um prazo máximo de 24 horas

5.6. Aceitação Provisória

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, por Comissão de Aceitação Provisória a ser nomeada pela administração, composta por 3 (três) membros mediante Laudo de Aceitação, quando verificado o cumprimento das exigências contratuais de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 de 2021).

- 5.6.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de solicitação da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços ou mediante providências da FISCALIZAÇÃO do contrato no término dos serviços.
- 5.6.2 Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação juntada pela FISCALIZAÇÃO e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar-se-á as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
- 5.6.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final dos serviços, a Comissão de Aceitação Provisória do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 5.6.4 A CONTRATADA fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas na Aceitação Provisória.
- 5.6.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6.6 O recebimento provisório também ficará sujeito, à entrega de todos os cadastros técnicos, à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis e quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

5.6.7 Emitir Laudo de Aceitação para efeito de recebimento provisório dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

5.6.8 Informar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela Comissão de Aceitação Provisória OU FISCALIZAÇÃO.

5.6.9 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela FISCALIZAÇÃO e GESTÃO.

5.6.10 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.6.11 A aceitação provisória não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.7 Aceitação Definitiva

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da Aceitação Provisória, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após decorrido o prazo contratual de garantia dos serviços desde que não tenha nenhuma intercorrência.

5.7.1 A aceitação definitiva não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.8 Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao término oficial dos serviços.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente ao tempo do impedimento, paralisação ou suspensão.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Antes do início dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar um relatório descritivo e fotográfico (02 fotos coloridas 10 x 15 cm, de boa qualidade, por intervenção e respectivos arquivos digitais identificados), encadernado e em duas vias, descrevendo a situação do local do(s) serviço(s), os problemas encontrados, providências a serem tomadas, verificando a compatibilidade dos projetos executivos apresentados com a realidade local, principalmente no tocante às diversas redes de Concessionárias. Conjuntamente com o primeiro relatório, deverá ser entregue um cronograma base de planejamento físico-financeiro, com a indicação dos caminhos críticos, em meio digital (utilizando-se de ferramentas de planejamento de obras, tais como MS Project) e uma cópia impressa, para a aprovação pela FISCALIZAÇÃO, visando o acompanhamento das diversas metas contratuais.

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8. Os fiscais técnicos do contrato acompanharão a execução do contrato, a manutenção das condições de habilitação técnica da CONTRATADA, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8.1. Os fiscais técnicos do contrato anotarão em documento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.8.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, os fiscais técnicos do contrato emitirão notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.8.3. Os fiscais técnicos do contrato informarão ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas, os fiscais técnicos do contrato comunicarão o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.5. Os fiscais técnicos do contrato comunicarão ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.8.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação jurídica e fiscal da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9.1. Caso ocorra o descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal

administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no processo de gerenciamento do contrato, a exemplo do memorando de início dos serviços, do diário de obras, das alterações e das prorrogações contratuais, verificando a necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento.

6.10.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

6.10.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.11. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela FISCALIZAÇÃO e GESTÃO nos termos do contrato.

6.14. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

6.14.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.15. A CONTRATADA deverá manter responsável técnico com habilitação técnica, dentre os indicados na fase licitatória ou substituto de semelhante competência aceito pela Administração, no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

6.15.1. A indicação ou a manutenção do responsável técnico da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Da medição

7.1. A CONTRATADA poderá apresentar a medição prévia dos serviços executados no período por meio de planilha e memória de cálculo detalhada para conferência da FISCALIZAÇÃO. Contudo as medições serão processadas independentemente da apresentação da medição prévia ou da solicitação da CONTRATADA. A primeira medição será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subsequentes a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior. Poderão ser realizadas medições intermediárias, a critério do CONTRATANTE (O contrato oferece maior nível de

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.3. A avaliação da execução do objeto utilizará o Boletim de Desempenho, conforme previsto no anexo ____.

7.4. A utilização do Boletim de Desempenho não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.5. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a FISCALIZAÇÃO apresentará a medição dos serviços executados no período.

7.5.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.5.2. A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, relatório descritivo e fotográfico do serviço (06 fotos coloridas 10 x 15 cm, de boa qualidade, e respectivos arquivos digitais identificados) com as principais intervenções executadas em duas vias, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5.3. A FISCALIZAÇÃO não efetuará a atestação da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas na Aceitação Provisória (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

Da liquidação

7.6. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo III), observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições estabelecido no contrato.

7.7. O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período–base da medição sem que o(a) GM / Divisão de Elite da GM Rio – Força Municipal esteja obrigado(a) a pagar o valor total do contrato.

7.8. A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista e declaração [a ser exigida nos

contratos com cooperativa versando o fornecimento de mão-de-obra] de observância das normas de saúde e segurança do trabalho

7.9. Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à liquidação.

Do prazo de pagamento

7.11. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança no(a) GM / Divisão de Elite da GM Rio – Força Municipal e obedecido o disposto na legislação.

7.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação ao prazo de pagamento.

Da forma de pagamento

7.13. O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

7.14. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a forma de pagamento.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.6 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.7 O edital oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a forma e aos critérios de seleção do fornecedor, conforme itens abaixo:

8.7.1 Apresentação das propostas;

8.7.2 Forma de seleção das propostas;

8.7.3 Critério de julgamento da proposta;

- 8.7.4 Critérios de aceitabilidade de preços;
- 8.7.5 Exigências de habilitação (jurídica, econômico-financeira, fiscal, social e trabalhista);
- 8.7.6 Qualificação técnica;
- 8.7.7 Apresentação e julgamento dos recursos;
- 8.7.8 Homologação do resultado.

9 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 39032.06.122.0700.2995;
- II. Fonte de Recursos: 1.500.100;
- III. Programa de Trabalho: 39032.06.122.0700.2995;
- IV. Natureza da Despesa: .33.90.39

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

10 RELAÇÃO DE ANEXOS

| Documento | Descrição |
|-----------|--|
| ANEXO I | Memória de Cálculo do Orçamento e Cronograma de Desembolso |

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2026.

RODRIGO JOSÉ MARTINS PEDROSA
MATRÍCULA: 859266-9



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Guarda Municipal do Rio de Janeiro
Divisão de Elite da GM-RIO - Força Municipal

Assessor III
GM/FM/DAF/SIL